



Jorge Nunes
Um Senador do
Cooperativismo
Agrícola e da
Economia Social

O PREÇO DO GASÓLEO COLORIDO E MERCADO E A SUA INFLUÊNCIA NA SUSTENTABILIDADE DO SECTOR AGRÍCOLA

DESTAQUE

Entrevista com o Presidente da Bolsa
de Cereais de Buenos Aires

ATUALIDADE

A Política Florestal e o Papel das Áreas
Integradas de Gestão da Paisagem

ANÁLISE

Apreciação da Aplicação das
Medidas de Apoio no Âmbito da Reserva
de Crise — Sector do Leite de Vaca

DESCARREGUE A VERSÃO
PARCIAL DA REVISTA





IFAP

Instituto de Financiamento
da Agricultura e Pescas, I.P.

Linha de Crédito

- Apresente a sua candidatura à **Linha de Crédito Tesouraria – Setor Agrícola 2022** até 30 de setembro de 2022
- Esta linha de crédito bonificado destina-se a apoiar encargos de tesouraria para financiamento da atividade dos operadores da produção, transformação ou comercialização de produtos agrícolas
- Informe-se junto do IFAP

**Cultivamos o desenvolvimento,
apoiamos o futuro!**

www.ifap.pt

Estamos no Facebook,
Twitter e LinkedIn

+ info: ifap@ifap.pt
212 427 708

Rua Fernando Curado Ribeiro
n° 4G, Lisboa



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU

ENTREVISTA A JOSÉ MARTINS PRESIDENTE DA BOLSA DE CEREAIS DE BUENOS AIRES



1. JOSÉ MARTINS PRESIDENTE DA BOLSA DE CEREAIS DE BUENOS AIRES

No passado mês de abril, na qualidade de membro do CESE – Comité Económico e Social Europeu, fazendo parte de uma delegação do Comité à reunião do EUROLAT (Parlamento Europeu e Parlamentos da América Latina) em Buenos Aires, no contexto da situação de crise alimentar e de comércio de matérias-primas alimentares que o mundo vem atravessando e encontrando-me num dos maiores países exportadores do mundo de produtos alimentares, como é a Argentina, foi possível realizar uma reunião numa instituição de referência do comércio mundial de matérias-primas alimentares, como é a Bolsa de Cereais de Buenos Aires. Ao reunir na Bolsa, foi com enorme prazer que encontrei, como Presidente – Sr. José Martins, um neto de portugueses, por sinal vindos do Algarve. Foi assim possível realizar uma reunião extremamente agradável e informativa que concluiu com o compromisso de o mesmo conceder à revista “Espaço Rural” uma entrevista, o que veio a acontecer nesta edição da nossa Revista.

O conteúdo da entrevista é um oportuno contributo para melhor entendermos parte da geopolítica alimentar do mundo em que vivemos.

Francisco Silva — Secretário-Geral da CONFAGRI

argentino é um dos mais eficientes do mundo e tem sido protagonista de grandes avanços nas últimas décadas. O sistema organizacional e produtivo permitiu a rápida adoção de técnicas e a superação de barreiras financeiras e de risco, com melhorias significativas na produtividade média, que difundiram e ampliaram as sinergias sobre outras atividades económicas. Essas adoções, por sua vez, possibilitaram a melhoria dos indicadores ambientais; por exemplo, a adoção de culturas geneticamente modificadas reduziu o uso de produtos fitossanitários e sua toxicidade; Além disso, juntamente com a sementeira direta, as emissões de gases de efeito estufa foram reduzidas no equivalente ao consumo anual de 3,9 milhões de carros particulares por 25 anos e, por sua vez, permitiram um aumento de carbono orgânico sequestrado do meio ambiente nos solos de 121,1 milhões de toneladas nesse período (Bolsa de Cereales, 2021).

2. Quais são as principais regiões produtoras e produções mais significativas?

As cadeias agroalimentares desempenham um papel importante na criação de valor agregado e emprego em várias regiões do país. As três principais províncias em termos

1. Como caracteriza a produção agrícola argentina?

Na Argentina, o sector agroindustrial desempenha um papel de liderança na economia e na sua matriz produtiva: responde por 16% do PIB, 22% do emprego privado e 67% das exportações, sendo praticamente o único sector que oferece intercâmbio. De facto, até agora em 2022 (até maio), todas as cadeias do agronegócio fizeram exportações líquidas de pouco mais de 41 mil milhões de dólares.

Mas, além disso, o sistema produtivo





2. FRANCISCO SILVA, SECRETÁRIO-GERAL DA CONFAGRI COM JOSÉ MARTINS, PRESIDENTE DA BOLSA DE CEREAIS DE BUENOS AIRES

pois contribui não apenas para a segurança alimentar, mas também para a sustentabilidade ambiental. A existência de um comércio fluido e livre de barreiras garantirá e possibilitará a transformação dos sistemas alimentares nas regiões que não possuem os recursos naturais necessários, ou os deterioraram, ou estão implementando sistemas de produção intensivos e hostis ao meio ambiente.

No futuro, vemos como o papel dos países exportadores líquidos de alimentos, como Argentina ou Brasil, se tornará ainda mais relevante. Para as próximas décadas, muitas regiões e países que não possuem os recursos naturais necessários para produzir de forma ambientalmente sustentável e a custos razoáveis a quantidade de alimentos necessária para os aumentos previstos de consumo de suas populações, terão que se abastecer por meio do comércio.

Por isso, o comércio internacional é essencial para compensar as diferenças geográficas entre produção e consumo; atuar como estabilizador dos preços internacionais diante dos frequentes eventos climáticos que afetam de forma diferenciada as diferentes regiões do

planeta; e favorecer um uso mais eficiente dos recursos naturais e sua conservação em uma perspectiva global.

7. Que consequências tem a guerra entre a Rússia e a Ucrânia para a agricultura argentina?

A guerra é vista com grande preocupação pelo sector, pois só aumenta a incerteza que os nossos produtores enfrentam a cada ano, já atingidos por adversidades climáticas e políticas desfavoráveis à atividade.

Embora a princípio os incentivos causados pelo impacto nos fluxos comerciais de preços fossem vistos como um incentivo, já em fevereiro as nossas projeções mostravam cenários parcos, ou mesmo negativos, para a produção. Logo, os grandes problemas ligados tanto à guerra quanto às respostas políticas tornaram-se perceptíveis, dentre os quais é possível destacar:

- Grande aumento nos preços de fertilizantes e outros insumos. A ureia granulada atingiu 1.350 dólares por tonelada em abril. Embora tenha caído mais tarde, em junho está 79% acima do preço do mesmo mês do ano passado. Movimentos semelhantes foram observados em outros insumos.

- Além do aumento de preços, há escassez de diesel nas regiões produtoras, o que hoje ameaça o ritmo das tarefas de colheita de grãos de verão, plantio de safras de inverno e a comercialização.

- A volatilidade dos preços de exportação devido à guerra e às adversidades climáticas aumentam as preocupações com os preços ao consumidor. Isso alimenta a retórica a favor dos controles de exportação, independentemente de sua eficácia.

- Por fim, o avolumar da incerteza macroeconômica, tanto por questões relacionadas com a guerra bem como por desequilíbrios locais, eleva o risco de novos aumentos nas taxas de exportação.

8. Como vê as intermináveis negociações entre a União Europeia e o Mercosul que já duram há quase vinte anos?

Após mais de duas décadas de negociações, em junho de 2019, o Mercosul e a União Europeia chegaram ao chamado acordo político para um acordo comercial ambicioso, equilibrado e abrangente. Do nosso ponto de vista, o Acordo com a UE serve para consolidar uma associação política e econômica estratégica e espera-se que sirva para fortalecer uma relação já fluida, abrindo novas oportunidades.

O acordo comercial proporcionaria melhores condições de acesso a bens, serviços e investimentos, reduzindo restrições e simplificando procedimentos operacionais comerciais. Após um prolongado período de estagnação nas negociações extra-regionais do Mercosul, a aprovação desse acordo não só beneficiaria o comércio entre os blocos, mas também permitiria uma maior consolidação do Mercosul ao reafirmar o processo de integração sul-americano, harmonizando as normas vigentes e simplificando os procedimentos internos. Infelizmente, desde 2019 não houve muito progresso. Estamos na fase de revisão jurídica do texto, para consolidá-lo e produzir sua versão final. Segue-se a tradução para as línguas oficiais de cada parte a ser apresentada perante os Congressos dos países membros do Mercosul e perante o Conselho e o Parlamento Europeu, do lado da UE. E uma vez obtidas as respectivas ratificações, entrará em vigor.

O sector agroindustrial argentino – e também os demais países do Mercosul – precisa necessariamente de abrir mercados e consolidar os que já possui. Esse acordo seria um pontapé inicial para ele, pois, com essa assinatura, facilita-se a realização de outros acordos, como EFTA (Acordo Europeu de Livre Comércio), Canadá ou Coreia. ●



APRECIÇÃO DA APLICAÇÃO NACIONAL DAS MEDIDAS DE APOIO NO ÂMBITO DA RESERVA DE CRISE – SECTOR DO LEITE DE VACA

TEXTO

FERNANDO CARDOSO

 Secretário Geral – FENALAC

No passado dia 14 de julho foi publicada a Portaria 180/2022, que estabelece o regime de aplicação da medida excecional e temporária prevista no Regulamento Delegado (UE) 2022/467, da Comissão, de 23 de março, aplicável ao território continental.

A invasão da Ucrânia pela Rússia, em 24 de fevereiro de 2022 teve um acentuado impacto negativo com o aumento dos preços da energia e dos fertilizantes com fortes impactos no regular desenvolvimento da atividade agrícola da União Europeia, e em Portugal, nomeadamente ao nível dos circuitos de abastecimento de cereais e oleaginosas que conduzi-

ram a um agravamento excepcional dos custos das rações, o qual se refletiu com particular intensidade no sector da produção animal.

Neste sentido, o Regulamento Delegado n.º 2022/467, da Comissão, de 23 de março de 2022 recorre, pela primeira vez, à utilização da «Reserva de Crises» para o financiamento de medidas excecionais e temporárias de ajustamento dos produtores a perturbações de mercado e concede aos Estados-Membros uma subvenção financeira para apoiar os produtores agrícolas.

O montante disponível para cada Estado-Membro foi fixado, tendo em conta o respetivo peso no sector agrícola da União Europeia, com base nos limites máximos líquidos dos pagamentos diretos fixados no anexo III do Regulamento (UE) n.º 1307/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho. O Regulamento prevê, ainda, a possibilidade de cada Estado-Membro reforçar com orçamento nacional a respetiva dotação orçamental até ao limite máximo de 200%, tendo o Governo assumido esse reforço através do suplemento máximo permitido.

Importa referir que o Regulamento estabelece requisitos adicionais de elegibilidade, a aplicar aos beneficiários do apoio, que se dediquem a atividades que prossigam objetivos de economia circular, gestão de nutrientes, utilização eficiente dos recursos e métodos de produção respeitadores do ambiente e do clima.

Os sectores das aves de capoeira, da carne de suíno e do leite de vaca, revelam efeitos económicos negativos significativos, designadamente resultantes do aumento dos custos de produção no primeiro trimestre de 2022.

Com efeito, a decisão de aplicação do presente apoio aos sectores atrás referidos foi efetuada a partir de uma avaliação de impacto da invasão da Ucrânia, tendo em conta o peso relativo dos fatores de produção mais relevantes nos custos totais de cada atividade, na avaliação da capacidade de ajustamento em resultado dos ciclos produtivos dos sectores, bem como a relevância dos custos dos fatores de produção cujo preço mais aumentou desde o início da invasão da Ucrânia, nomeadamente a alimentação animal, a energia e os fertilizantes.

A dotação orçamental global afeta aos apoios previstos foi de 24,3 milhões de euros, sendo distribuída da seguinte forma:

- Sector do leite de vaca – 13,5 milhões de euros
- Sector da carne de suíno – 6,4 milhões de euros
- Sector das aves de capoeira – 4,4 milhões de euros

PROPOSTA MEDIDA RESERVA DE CRISE CONTINENTE

- LEITE DE VACA

Especificamente para o sector leiteiro, puderam beneficiar do apoio os detentores de explorações com efetivo produtor de leite de vaca e que tivessem apresentado candidatura ao prémio à vaca leiteira com animais elegíveis no período de retenção de 2022. As candidaturas aos apoios foram submetidas eletronicamente através do formulário próprio disponível na plataforma iDigital, no portal do IFAP, entre os dias 25 de julho e 12 de agosto de 2022. **O pagamento do apoio será efetuado pelo IFAP, até 30 de setembro de 2022.**



**S60
COMPACTO**
TRATOR
POLIVALENTE

EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS



**McHALE
Fusion 3 Plus**
ENFARDADEIRA
COMBINADA



iD-David
CULTIVADOR
INTERCEPAS



Kverneland
SEMEADOR +
ROTOTERRA



TABELA 1

Classe efetivo	N.º de vacas Mínimo	N.º de vacas Máximo	Valor Unitário (euros)
Classe 1	0	40	137
Classe 2	41	180	91
Classe 3	181	Não aplicável	65

FORMA E CÁLCULO DO MONTANTE DO APOIO

O montante do apoio assume a forma de ajuda forfetária, sendo calculado com base nos animais elegíveis ao prémio à vaca leiteira no período de retenção de 2022, de acordo com os valores da Tabela 1. O valor total de apoio por beneficiário é o resultado do somatório do produto do valor unitário pelos animais elegíveis de

cada escalão de efetivo. Estes valores podem sofrer uma majoração até mais de 20% caso o envelope total de 13,5 milhões dedicado ao sector do leite de vaca não seja totalmente preenchido. Para o efeito, apresenta-se um exemplo de cálculo da ajuda para uma exploração de **200 vacas leiteiras elegíveis** (Ver Tabela 2).

Importante referir que o montante máximo do apoio é limitado a **vinte mil euros por**

TABELA 2

Classe efetivo	N.º de vacas Mínimo	N.º de vacas Máximo	Valor Unitário (euros)	Efetivo / classe	Valor (€)
Classe 1	0	40	137	40	5.480
Classe 2	41	180	91	140	12.740
Classe 3	181	Não aplicável	65	20	1.300
				Total	19.520

Gama Full-line

TABELA 3

Classe efetivo	N.º de vacas Mínimo	N.º de vacas Máximo	Valor Unitário (euros)	Valor Espanha (euros)	Ajuda Portugal vs Espanha
Classe 1	0	40	137	204.95	-33%
Classe 2	41	180	91	136.63	-33%
Classe 3	181	Não aplicável	65	97.59	-33%

beneficiário. Por outro lado, como referido no início, um aspeto importante que deriva da própria regulamentação comunitária é a obrigação de cumprimento de **requisitos adicionais de elegibilidade**. Sendo assim, os candidatos ao apoio deviam cumprir pelo menos **um dos seguintes critérios:**

- a) *Disporem de certificação de bem-estar animal;*
- b) *Disporem de certificação em métodos de produção respeitadores do ambiente e do clima, nomeadamente modo de produção biológico;*
- c) *Participarem num programa de melhoramento genético;*
- d) *Disporem de painéis fotovoltaicos, de biogás ou outras fontes de energia renováveis;*
- e) *Disporem de unidades de compostagem, de biogás, ou de instalações de combustão de subprodutos animais ou resíduos, ou garantirem o encaminhamento dos seus subprodutos animais para unidades aprovadas para o processamento de subprodutos animais que assegurem a sua valorização ou a sua correta eliminação, conforme o plano aprovado nos termos da alínea a), do n.º 2, do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 33/2017, de 23 de março;*
- f) *Utilizarem práticas promotoras de recuperação hídrica nas explorações.*

Tendo em conta a gravidade da situação económica da produção de leite em Portugal (continental) a presente ajuda constitui-se como um importante fator de promoção da sustentabilidade da atividade. Também não podemos ignorar o esforço realizado pela Tutela no que concerne à formação deste pacote de ajuda e que contou, desde o início do processo, com uma forte pressão construtiva da parte das Organizações Cooperativas.

Ainda assim, importa sublinhar que os valores da ajuda são significativamente inferiores aos definidos em Espanha, sendo que o esforço nacional de aplicação da mesma grelha de modulação das ajudas em função do efetivo não correspondeu a uma semelhante decisão quanto aos valores.

Com efeito, na Tabela 3 podemos verificar que o nível das ajudas em Portugal é inferior em -33% ao definido em Espanha, sendo este diferencial particularmente penalizador para os operadores nacionais atendendo à forte interligação do mercado Ibérico.

Outro fator a ter em conta relaciona-se com as ajudas na Região Autónoma dos Açores, cujos níveis de suporte são genericamente muito superiores aos do continente e que assim se podem também constituir como fator adicional de enviesamento da concorrência. ●



COOPERATIVA AGRÍCOLA DE PENAFIEL



1. LOJA DA COOPERATIVA AGRÍCOLA DE PENAFIEL

A Coopenafield, Cooperativa agrícola de Penafiel, C.R.L, deriva do antigo Grémio da Lavoura de Penafiel e foi fundada no dia 4 de setembro de 1976.

Atualmente, a Cooperativa Agrícola de Penafiel encontra-se sediada em Penafiel, em instalações com uma área coberta de cerca de 1.500 m² e concentra a sua área de atuação no concelho de Penafiel.

Inserida numa região com grande peso da atividade agrícola, e com muito potencial, onde predomina o minifúndio em termos de explorações agrícolas, a Cooperativa conta com um quadro de 13 funcionários e representa aproximadamente 1.000 associados, a quem presta um leque diverso de serviços de apoio com o intuito de promover a sustentabilidade e o desenvolvimento da atividade agrícola. Entre esses serviços destacamos:

- O apoio agrícola na área do Serviço Técnico e Aconselhamento Agrícola; Serviço OPP (Guias Transporte Animais, para explorações / Matadouro); Serviço

Veterinário e Farmácia para animais de pecuária e domésticos; Análises de terra, água e vinho; Apoio a pequenos projetos; Declaração de Colheita e Produção (manifesto), guias transporte de vinho; Candidaturas às várias ajudas do IFAP;

- A Formação Profissional, onde procura a capacitação e constante atualização dos seus associados através da realização de inúmeras ações de formação em diversas áreas de interesse para a atividade dos mesmos;

- A secção de compra e venda, através da qual garante aos seus associados o fornecimento de todos os fatores de produção necessários ao desenvolvimento da atividade agrícola em questão, e presta apoio ao nível da comercialização dos produtos agrícolas provenientes das explorações dos seus associados. De destacar que esta secção funciona como um regulador de preços dos fatores de produção na região. A Coopenafield é ainda uma das principais responsáveis pela comunicação de informação ao agricultor, organizando com

frequência sessões de esclarecimento sobre diversos temas.

Através da sua ação, a Cooperativa Agrícola de Penafiel constitui-se como um grande polo de desenvolvimento económico e social da sua região.

FICHA INFORMATIVA

[NOME]

Cooperativa Agrícola de Penafiel

[CONTACTOS]

Largo da Devesa, 130
4560-496

PENAFIEL Portugal

E-mail: coopenafieldcontab@iol.pt

Telefone: +351 255 710 360

Fax: +351 255 710 369

Entrevista com o Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa Agrícola de Penafiel



2. ADRIANO CAMPOS – PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A Cooperativa Agrícola de Penafiel leva a cabo uma ação essencial de apoio à atividade agrícola na região. Como descreve e avalia o papel desempenhado pela Cooperativa na região?

É um papel importantíssimo e uma responsabilidade enorme da parte da Cooperativa. A Cooperativa promove não só o mercado local em termos de vendas dos fatores de produção e dos produtos dos seus associados, mas também em termos de ajuda técnica e de variadíssimos serviços que coloca à disposição de todos os seus associados, de modo a auxiliá-los no desenrolar da sua atividade.

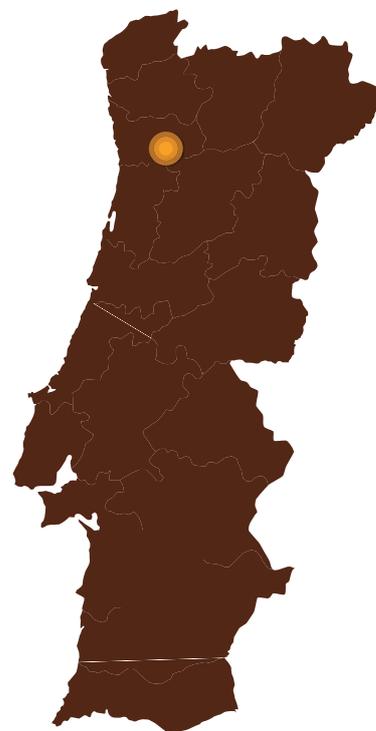
Tendo em conta as diversas atividades que existem na nossa região, bem como o grande número de agricultores, por estarmos numa região de minifúndio, este apoio da Cooperativa é fundamental em termos económicos e sociais, pois sem este apoio dificilmente esta teia muito variada e diversa de agricultores e atividades subsistiria e conseguiria levar a sua atividade a bom porto, com os evidentes impactos económicas e sociais para a região.

Como caracteriza o estado atual do sector agrícola e das atividades que a Cooperativa representa na sua área social?

A realidade no norte de Portugal é completamente diferente do sul e Ribatejo e possui especificidades muito próprias. A nossa região caracteriza-se por ser maioritariamente de minifúndio. Cerca de 90% dos nossos associados são pessoas que fazem agricultura de subsistência, essencialmente na área das hortícolas e das frutas. Assim, temos de ter uma grande capacidade de adaptação e um amplo leque de serviços que permitam dar uma resposta eficiente às suas necessidades. Além disso, temos também alguns grandes agricultores, muito bem estruturados e com uma grande dinâmica empresarial, mais concretamente na área do kiwi, da vinha e também da cebola, porque em Penafiel temos a Confraria da Cebola e do Presunto, com quem temos uma colaboração bastante estreita, o que tem despertado o interesse pelo produto e pela produção do mesmo em grande escala.

Em termos de aposta para o futuro há a

PORTUGAL CONTINENTAL



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



SAIBA MAIS SOBRE
A COOPERATIVA AGRÍCOLA
DE PENAFIEL



3. SEDE DA COOPERATIVA

possibilidade, cada vez mais forte, da agricultura biológica, que é também uma bandeira a nível nacional. É uma atividade que está a renascer neste momento, havendo já vinho, produtos hortícolas e frutas neste modo de produção. A Cooperativa de Penafiel tem procurado incentivar cada vez mais esta atividade e tem contado com a ajuda da ADERSOUSA, uma associação intermunicipal e comercial que existe na zona de Penafiel. Temos de combater a desconfiança e incentivar os agricultores, prestando-lhes o devido acompanhamento e potenciando o aumento das parcelas em modo de produção biológico. Esta é uma forma de valorizarmos a nossa produção e consequentemente as respetivas mais-valias daí resultantes.

O que seria importante, em seu entender, que pudesse potenciar o desenvolvimento futuro do sector?

Em meu entender seria muito importante o Cooperativismo, não só ao nível da base, neste caso os agricultores, como também a transposição dessa filosofia para as próprias Cooperativas. Julgo que existe, cada vez mais, a necessidade das Cooperativas se agruparem, seja por regiões, por objetivos, por interesses comuns, por parcerias, ou outros. Esse é o caminho a seguir. Temos Concelhos limítrofes em que algumas Cooperativas já fecharam porque não deram esse passo e isso já não se coaduna com a realidade atual. Têm existido conversas entre algumas Cooperativas da região, e verifico que se verifica um interesse muito grande que não é só da Cooperativa de Penafiel. Neste momento possuímos já uma OPP ao nível da segurança e saúde veterinária, em que já estão envolvidas várias Cooperativas da região do Vale do Sousa e Baixo Tâmega e o

futuro do Cooperativismo tem de passar por aí.

Sente falta de um Programa estratégico público de apoio e que sirva de base e de sustento para alavancar esta reestruturação de que fala?

Eu acho que tocou numa coisa fundamental. É de vital importância. E disse bem, um Programa estratégico, porque de facto a estratégia para o sector e para o futuro da atividade agrícola e pecuária deve passar por aí. Presentemente, um dos principais objetivos do Cooperativismo na nossa região é esse. Mas é algo que tem de ser atacado já. Nesse sentido, a situação mais premente e necessária para que isso se concretize é precisamente uma estratégia de união e de associativismo, contemplando vários formatos e modelos, suportada com dinheiro público que apoie este processo. Haveria uma economia de escala, desde logo ao nível de compras, de recursos humanos, de logística e transportes, entre outros fatores. Tenho dificuldade em entender como é que um Programa desses ainda não arrancou, tendo em conta que é um processo fundamental para o desenvolvimento e manutenção do sector agroalimentar, que se fala tantas vezes, em tempos de crise, ser fundamental para o País. É necessário passar das palavras aos atos e pensar estrategicamente no sector e nas medidas necessárias.

Temos que deixar de encarar a agricultura como o parente pobre da economia nacional, que só é lembrada em tempos de crise, e encará-la estrategicamente com a devida importância que tem, de modo a garantir uma sustentabilidade e independência alimentar em algumas áreas de produção agrícola, constituindo como que um fundo de garantia com essa produção. Para isso,

tem de haver o reconhecimento por parte dos políticos do interesse estratégico da agricultura. Se houver esse reconhecimento a estratégia surge.

Atravessamos atualmente um contexto económico pautado por uma elevada inflação, potenciado pelo conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia. Como avalia este contexto e os impactos do mesmo no sector agrícola e que medidas seriam importantes, em seu entender, para o apoio a este sector?

O conflito armado na Ucrânia está a ter um impacto enorme e terrível no sector agrícola na região de Penafiel. Os fatores de produção subiram muito de preço, em alguns casos 300%, o que tem causado um aumento muito grande dos custos de produção. A venda destes produtos reduziu cerca de 50%, incluindo adubos e sementes, porque os agricultores enfrentam uma redução das margens de lucro. Também a programação de novos investimentos é mais complexa, porque não se sabe como vão evoluir os custos face à instabilidade que se tem observado no sector.

Em meu entender é fundamental criar mecanismos que permitam apoiar a produção de alimentos face aos aumentos significativos dos fatores de produção. Já foram criados alguns, mas são manifestamente insuficientes. Justifica-se uma ajuda do Estado, eventualmente através da redução ou isenção na taxa do IVA nesses produtos, do apoio ao nível do preço dos combustíveis que é incomportável para o agricultor, prestar apoios às vendas, no sentido de promover *marketing* da agricultura portuguesa e dos produtos fantásticos que a mesma produz, o alargamento dos prazos dos pagamentos de determinadas dívidas, entre outras.

Não havendo ajudas concretas, este contexto de inflação elevada e de crise poderá refletir-se também ao nível do volume de produção agrícola na nossa região e a nível nacional, levando ao abandono da atividade. O pior é que estamos a falar de abandonos de atividade que serão muito difíceis de recuperar. Estaremos a delapidar o nosso sector agroalimentar que é ou deveria ser encarado como estratégico na economia nacional e de vital importância para o país, ao mesmo tempo que aumentamos cada vez mais a nossa dependência do exterior, que nos deixa sempre, enquanto País, numa situação muito fragilizada, como os diversos

contextos de crise que temos atravessado nos têm demonstrado.

Em seu entender, o que seria importante no que respeita ao modelo do PEPAC, a implementar no período 2023-2027?

Em primeiro lugar, no que respeita ao investimento, julgo que a burocracia que é necessária para a apresentação de um projeto é tanta e tão demorada que é completamente desencorajador e limitante do investimento. Para além disso, temos de avançar sempre com a nossa participação pessoal e só depois é que vem o dinheiro do fundo comunitário. Quem não tem possibilidades, ou quem está a começar, como o jovem agricultor, tem imensas dificuldades em cumprir isso. No caso do jovem agricultor, a ajuda que se dá à instalação é mínima e não dá para avançar com exploração nenhuma. Ora, nestas condições, muitos não conseguem avançar apesar de o desejarem, o que é contraproducente com a ideia de implementar uma estratégia para o sector e para o seu desenvolvimento a longo prazo. Há que desburocratizar os processos de maneira a que os projetos sejam aprovados rapidamente e que, assim que o mesmo é aprovado sejam libertadas algumas verbas para que este seja executado. No terreno podem sempre garantir que o dinheiro público está a ser bem aplicado e que estão a ser cumpridos todos os deveres e obrigações do projeto.

Em relação aos Pagamentos Diretos, não consigo conceber o facto de continuarmos a pagar e a atribuir apoios a quem não produz nada. Enormes parcelas improdutivas podem estar a receber grandes apoios ao rendimento, enquanto pequenas parcelas produtivas recebem apoios, muitas vezes, irrisórios. Temos de apoiar a produção de alimentos e o desenvolvimento do sector agrícola e não o contrário. A produção de alimentos deve ser premiada e valorizada, juntamente com o devido apoio paralelo ao desenvolvimento rural e ao investimento. Esse terá de ser o caminho se quisermos ter uma visão séria e estratégica para o sector e para o País.

Foi recentemente eleito como Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa. Quais são os grandes objetivos traçados por este órgão e o que pretendem alcançar no decorrer deste mandato?

A grande prioridade para este mandato é colocar a Cooperativa a alcançar resultados positivos. Este grande objetivo passa por um bom planeamento, dinamização dos serviços

existentes e pela criação de novas valências e diversificação dos serviços de apoio aos agricultores. Neste ponto iremos apostar, entre outras coisas, no apoio frequente das equipas técnicas nas explorações dos nossos associados, ao longo de todo o ano. Desta forma conseguiremos estar ainda mais próximos aos nossos associados, e daremos uma maior visibilidade à instituição e aos seus produtos, o que se refletirá igualmente no volume das vendas. Neste campo, como referi anteriormente, a dinamização da produção biológica será claramente uma das áreas a apostar.

Em seu entender, o que seria importante para a promoção e dinamização da comercialização dos produtos locais provenientes das explorações produtoras da região?

Antes de mais gostaria de destacar que a Câmara Municipal de Penafiel tem apoiado diversas iniciativas nesta área e julgo que qualquer que seja o projeto poderemos continuar a contar com esse apoio.

Em meu entender, julgo que o caminho para o futuro no que respeita à comercialização dos produtos locais deveria passar pelo cooperativismo e colaboração ao nível das Cooperativas. Era importante unir a área geográfica de muitos concelhos à nossa volta, uns com Cooperativas outros já sem, e aproveitarmos esta área crítica, juntamente com o poder local. Termos, por exemplo, grupos de produtores em cada concelho e a própria associação destas Cooperativas fornecer os fatores de produção necessários e comercializar todos os produtos produzidos, com a respetiva diferenciação entre biológico e não biológico e com uma marca comum. A comercialização seria feita dentro das lojas das Cooperativas, mas também noutras lojas exteriores criadas para o efeito e

em sítios estratégicos, onde pudesse ser valorizada a qualidade dos produtos locais e a filosofia “diretamente do produtor”. Para tal teríamos uma estratégia de *marketing* devidamente projetada para o efeito e que nos permitisse potenciar ao máximo este projeto. Além disso, este projeto permitiria rentabilizar todas as outras áreas de atividade das Cooperativas.

Como avalia a relação da Cooperativa com a CONFAGRI?

Não há absolutamente nada a apontar à CONFAGRI. Tem sido uma relação fantástica ao longo de todos os anos de colaboração que temos.

A CONFAGRI tem sido um grande auxílio e contamos com ela para o futuro, inclusivamente com a sua colaboração na aposta ao nível da diversificação de serviços que referi. Estamos a trabalhar nisso em conjunto, e todo o apoio que a CONFAGRI nos possa prestar em termos desses serviços, queremos aproveitá-lo ao máximo.

Que mensagem gostaria de deixar a todos os associados e população de uma maneira geral?

As Cooperativas representam os associados, mas cada vez mais representam a população em geral e a sua região, através da divulgação dos seus produtos e do seu trabalho. Concretamente quero transmitir que o nosso trabalho está a ser bem feito, bem ponderado e bem planeado para termos resultados. Vamos conseguir aumentar a área de influência ao nível das explorações agrícolas e diversificar os produtos e serviços. Queremos estar junto dos agricultores e apoiá-los e quero que eles confiem em nós. Contem connosco e de certeza que conseguiremos levar as coisas a bom porto. ●



4. OUTRO EDIFÍCIO DA SEDE DA COOPERATIVA



A POLÍTICA FLORESTAL E O PAPEL DAS ÁREAS INTEGRADAS DE GESTÃO DA PAISAGEM

Após os incêndios de 2016, principalmente, após os incêndios dramáticos de 2017, que provocaram uma enorme onda de consternação, de revolta e de incapacidade a nível nacional, iniciou-se “a reforma da floresta”, então apelidada pelo Governo na altura.

TEXTO
HUGO ALMEIDA E ARMANDO PACHECO

 FENAFLORESTA

Desde aí, várias mudanças foram acontecendo, sendo que uma das principais terá sido a forma como se passou a olhar para o território dito florestal. É paradigmático disto, se bem que de forma simplista, pequenas

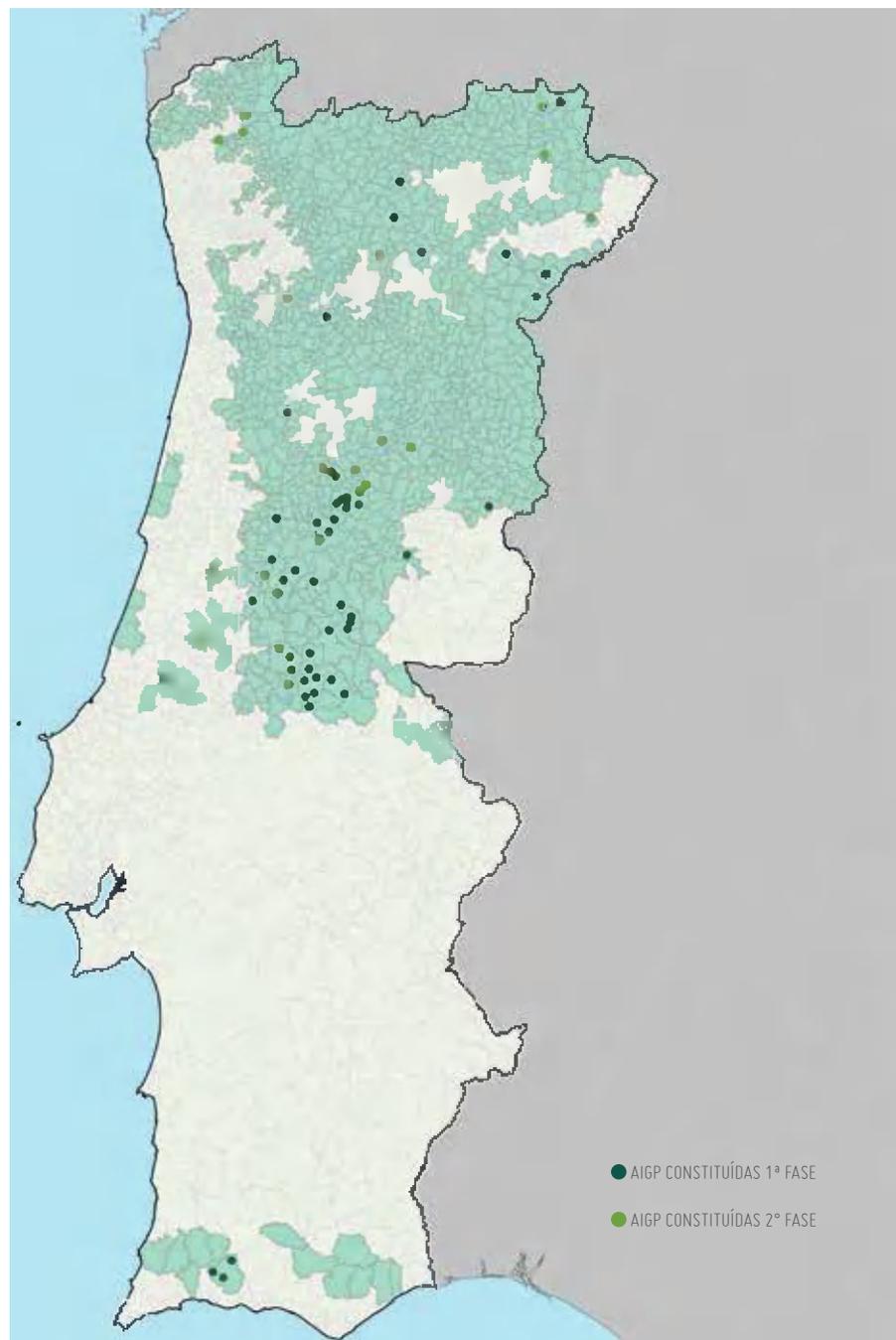
alterações de expressões – por exemplo, deixaram de existir fogos florestais e passaram a existir fogos rurais – ou, de forma mais estrutural e impactante, a visão mais integrada do território e dos vários problemas relacionados com a floresta

que se procurou dar desde então – por exemplo, em 2020 foi criado o Programa de Transformação da Paisagem (PTP), através da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 49/2020, de 24 de junho.

Se qualquer política que pretende intervir no território é demorada e requer persistência, a transformação de uma paisagem associada a territórios com problemas de fundo, é ainda mais demorada, como é fácil de compreender, pelo que esta transformação não vai ser nada simples de implementar.

Um instrumento importante e que irá contribuir para essa alteração, são as **Áreas Integradas de Gestão da Paisagem**, consagradas como uma das 4 medidas programáticas de intervenção do PTP, a saber: I - Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem; II - Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP);

FIGURA 1 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)



Fonte do quadro: Direção-Geral do Território

Importa relembrar que uma AIGP é uma área contínua, no mínimo com 100 hectares, para a qual irá ser definido um “conjunto articulado de intervenções visando, de forma integrada, a reconversão e gestão de espaços florestais, agrícolas e silvopastoris com o objetivo de garantir uma maior resiliência ao fogo e melhorar os serviços de ecossistemas, promovendo a revitalização destes territórios e a adaptação às alterações climáticas”. Para estas áreas vai ser definido um modelo de gestão agrupada, para a qual vai ser indicada uma entidade gestora – pode ser diferente da entidade promotora – e esse modelo de gestão vai ser **operacionalizado por um conjunto de Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP's)**.

Estas OIGP's são importantes na medida em que não serão somente um conjunto de intervenções agrupadas num documento geral da área da AIGP. Acima de tudo, são importantes porque vão fazer parte de um documento que exige a identificação, entre outros, de um modelo de exploração, de um modelo de governança, de uma demonstração da sustentabilidade financeira da proposta, bem como, de um programa de monitorização e avaliação. Estes elementos de cariz mais de gestão podem ser elementos importantes para dar credibilidade ao processo. Por um lado, porque podem contribuir para um maior envolvimento dos proprietários florestais que, apesar da desmotivação, ainda acreditam que podem ser parte da solução, e por outro, porque vão ajudar as entidades gestoras na gestão do território consagrado na AIGP.

No âmbito do PRR, o governo já assumiu uma verba para a execução das OIGPs, e com isso, garantiu o financiamento da operacionalização dos investimentos previstos até 2025. Contudo, esta dinâmica de apoio e investimento não deve terminar com o PRR. Pelo contrário, deve

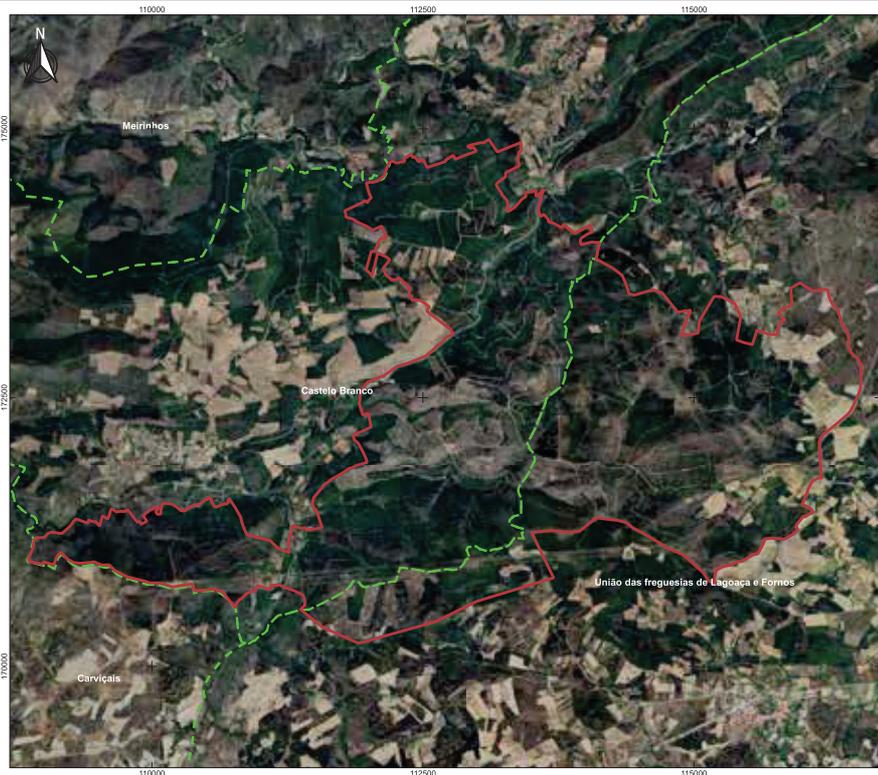
III - Condomínio de Aldeia e IV - Programa «Emparcelar para Ordenar».

Nos mais diversos domínios sociais, económicos, ambientais e culturais, as AIGP's são áreas âncora para os territórios onde vierem a ser constituídas e, principalmente, onde irão ser objeto de investimentos que procurarão a tão ambicionada transformação da paisagem. Só passando da fase do planeamento, para a fase da execução e manutenção dos investimentos essa alteração se efetivará.

TABELA 1 Ponto de situação das AIGPs

Entidade proponente	Área AIGP (ha)	Área AIGP (%)	AIGP (n)	AIGP (%)
Associações locais	2 830,30	2%	1	1%
CM	74 912,10	53%	37	53%
JF	9 876,30	7%	4	6%
ONGA	1 954,90	1%	1	1%
OPA	6 518,70	5%	4	6%
OPF	44 768,80	32%	23	33%
Total Geral	140 861,10	100,00%	70	100,00%

FIGURA 2 PLANTA DE LOCALIZAÇÃO Enquadramento sobre imagem satélite



■ AIGP ZIF SERRA DO PICOTINO - - - LIMITES ADMINISTRATIVOS FREGUESIAS GOOGLE SATELLITE

continuar, nomeadamente no âmbito do Plano Estratégico da PAC 2023-2027, Fundo Ambiental, ou outra fonte de financiamento público. Para a FENAFLORESTA procurar garantir a execução das Operações Integradas de Gestão de Paisagem e procurar garantir apoios públicos para a sua continuidade no tempo (pós PRR) é fundamental para o sucesso do que se pretende com a alteração da paisagem.

PONTO DE SITUAÇÃO DAS AIGPs

Os dados apresentados foram obtidos no dia 5 de julho de 2022, através de con-

sulta do portal da DGT¹. À data já foram aprovadas 70 AIGPs que representam um total de 140 861ha (Ver Figura 1). Conforme os dados apurados, resumidos nas tabelas seguintes, por entidade proponente, por entidade gestora e por fase de submissão de candidaturas, percebe-se que as autarquias (CM e JF) representam 60% da área total das entidades promotoras e 59% do número de AIGPs submetidas. As organizações de produtores florestais (OPFs) e organizações de produtores agrícolas (OPAs)

1 Em: <https://www.dgterritorio.gov.pt/paisagem/ptp/aigp>

representam 37% da área e 39% do número de AIGPs submetidas (Ver Tabela 2). Como referido anteriormente, a entidade gestora de uma AIGP pode não ser a entidade que promoveu a sua constituição (elencadas na Tabela 1).

Segundo o DL n.º 28-A/2020, de 26 de junho, com a atual redação, no n.º1, do art.28º, “a entidade responsável pela elaboração e execução da OIGP assume a qualidade de entidade gestora, podendo revestir as modalidades de unidade de gestão florestal, de entidade de gestão florestal, de entidade gestora de zona de intervenção florestal, de entidade gestora de baldio ou, nos termos do disposto no artigo seguinte, de empresa local de promoção do desenvolvimento local e regional”. Do total das 70 AIGPs, 41% são entidades gestoras de ZIFs, que representam 37% da área total.

PONTO DE SITUAÇÃO DAS ASSOCIADAS DA FENAFLORESTA

Relativamente às associadas da FENAFLORESTA, importa dizer que as 8 AIGPs constituídas representam 17 500 ha, sendo que em todas as AIGPs aprovadas as entidades gestoras são entidades gestoras de AIGPs. Quanto aos promotores, duas foram propostas por Câmaras Municipais (de Mogadouro e de Bragança), duas por Organizações de Produtores Florestais (Aguiarfloresta) e as restantes por Organizações de Produtores Agrícolas (APATA e ANA). As AIGPs localizam-se ainda na CIM Terras de Trás-os-Montes, na CIM Douro e na CIM Alto Tâmega.

UM EXEMPLO

Um exemplo é a AIGP da ZIF da Serra do Picotino, promovida pela APATA - Associação de Produtores Agrícolas Tradicionais e Ambientais, associação que irá ser a entidade gestora, após deliberação dos aderentes (Ver Figura 2).

Esta AIGP tem uma área de 1 470 ha, território que ao longo dos tempos teve uma grande incidência de incêndios rurais, facto que motivou os proprietários e organizações a envolverem-se, agregarem-se e a apresentar uma candidatura. Tendo sido aprovada, a APATA iniciou todo o processo de elaboração do plano de transformação da paisagem, promovendo e envolvendo os proprietários em várias reuniões que tem feito pela região abrangida. Segundo a APATA, 50% dos proprietários já manifestaram a intenção de entregar à entidade gestora (APATA) a gestão das suas áreas e espera ter todo o processo concluído no final de novembro. ●

TABELA 2 Constituição da Entidade Gestora da AIGP

Entidade gestora	Área AIGP (ha)	Área AIGP (h%)	AIGP (n)	AIGP (n%)	Fase de constituição	Área AIGP (ha)	Área AIGP (%)	AIGP (n)	AIGP (n%)
A constituir	88 827	63%	41	59%	1ª	94 243	67%	47	67%
EG ZIF	52 034	37%	29	41%	2ª	46 618	33%	23	33%
Total Geral	140 861	100%	70	100%	Total Geral	140 861	100%	70	100%

Dados trabalhados em informação recolhida na DGT



1. PERSPETIVA GERAL DA AGROSEMANA NO ESPAÇO AGROS

AGROSEMANA REGRESSA DE 1 A 4 DE SETEMBRO AO ESPAÇO AGROS

Depois de dois anos de interregno, a AgroSemana regressa ao Espaço AGROS de 1 a 4 de setembro de 2022. A última edição da AgroSemana recebeu 90 mil visitantes e mais de 200 expositores de diversas áreas de negócio, e promete continuar a evoluir qualitativamente, com o intuito de proporcionar uma oferta técnica e profissional de cariz vincadamente agrícola, aproximando o público urbano ao melhor que o mundo rural tem para oferecer. Esta aproximação passará também por uma maior aposta ao nível do sector agroalimentar, com um espaço dedicado à apresentação de novos produtos, degustações e ações de *showcooking*.

Apresentando-se como um dos principais eventos do sector agropecuário a nível nacional, permite momentos de partilha de conhecimento, de experiências e de novas práticas, que contribuem para cimentar parcerias entre os profissionais do sector. Assim, a Feira Agrícola do Norte



2. ESPAÇO CONFAGRI NA ÚLTIMA EDIÇÃO DA AGROSEMANA

retoma o Open AgroSemana, Concurso da Raça Holstein-Frísia, que conta com a sua 5.ª edição, a decorrer durante o fim-de-semana do certame. Apresentando uma aposta no rejuvenescimento e continuidade da atividade agrícola, a Exibição de Jovens Manejadores e

o Agrolympics estarão em destaque no evento.

Nesta que é já a 8.ª edição da AgroSemana, pretende-se reforçar a promoção assertiva do Leite.

Os visitantes poderão ainda contar com uma grande diversidade de atividades, tanto de cariz agrícola, como para o público geral, e encontrar espaços de excelência com todas as comodidades para partilhar momentos memoráveis com toda a família, além de poderem usufruir de um programa com uma vasta variedade de ritmos e géneros musicais, desde folclore a música popular, concertos, entre outros.

A CONFAGRI participará ativamente neste evento estando presente com um *stand* próprio na zona institucional.

Visite-nos entre 1 e 4 de setembro, no Espaço AGROS.

A entrada é livre até às 18h00 e domingo todo o dia. ●

ENCONTRO NACIONAL DE DIRIGENTES E TÉCNICOS DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO E REGISTO ANIMAL



Após dois anos em que, devido à pandemia da Covid-19, a CONFAGRI viu-se forçada a cancelar o habitual Encontro de Dirigentes e Técnicos do SNIRA, que se realizava anualmente durante a Feira Nacional de Agricultura, este ano voltou, novamente, a aproveitar a Feira Nacional de Agricultura e Feira do Ribatejo para promover, no passado dia 6 de junho, no seu Pavilhão no CNEMA, em Santarém, o Encontro Nacional de Dirigentes e Técnicos do Sistema Nacional de Identificação e Registo Animal (SNIRA).

TEXTO

ANA PALMA

 CONFAGRI

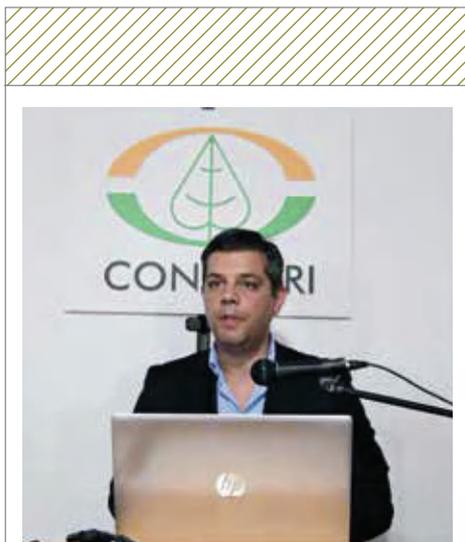
Nesta edição estiveram presentes inúmeros Dirigentes e Técnicos dos Postos SNIRA que fazem parte da Rede de Postos que, em colaboração com a CONFAGRI, constituem um sistema de âmbito Nacional dedicado à Identificação e Registo Animal. Este Encontro teve como objetivo primordial estreitar a relação de amizade e colaboração entre a CONFAGRI e as Entidades que consigo colaboram no SNIRA, fazer uma reflexão sobre a atuação dos diversos Postos no SNIRA e na qualidade do serviço prestado aos detentores de animais, dar a conhecer

aos técnicos dois novos projetos da Direção Geral de Alimentação e Veterinária, assim como, recapitular todas as metodologias implementadas, no âmbito do SNIRA, durante os últimos dois anos em que não se realizaram encontros.

A sessão de abertura ficou a cargo de Francisco Silva, Secretário-Geral da CONFAGRI, e de Nuno Moreira, Vice-Presidente do Conselho Diretivo do IFAP. O Presidente da CONFAGRI, Idalino Leão, ficou com a responsabilidade de realizar a sessão de encerramento conjuntamente com Susana Fonseca, Diretora de Serviços de Alimentação e Veterinária da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

O Encontro foi dividido em quatro grandes temas de interesse interno e geral, como:

- **SNIRA – Desenvolvimentos da Base de Dados (BD) e Apuramento de Qualidade no âmbito da tarefa delegada** – Relativamente a este tema o IFAP, na pessoa de João Jesus - Chefe de Unidade - DGI - Departamento de Gestão e Controlo Integrado - UREP – Unidade de Reengenharia e Processos do IFAP, apresentou um resumo do que tem sido informatizado na plataforma do iDigital ao longo dos últimos dois anos e os pontos fulcrais do apuramento da qualidade da tarefa delegada. Apresentou, também, os objetivos e as atividades implementadas no desenvolvimento da BD SNIRA iDigital.



1. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CONFAGRI, IDALINO LEÃO

- **Evolução da Identificação, Registo e Movimentação Animal** – Ao apresentar esta temática, Ana Manso, Chefe de Divisão - Divisão de Identificação, Registo e Movimentação Animal (DIRMA) da DGAV focou-se nas debilidades encontradas e nas questões e dúvidas que lhe têm sido colocadas ao longo destes últimos anos, tendo aproveitado para apresentar um resumo das obrigações legais relativamente à Identificação, Registo e Movimentação Animal vigentes.

- **Projeto +Animal** – Este projecto foi apresentado pela Chefe de Direção de Serviços de Proteção Animal (DSPA),

Yolanda Maria Vaz. O primordial objetivo deste novo projeto da DGAV é o de desmaterializar vários processos implementados no âmbito da proteção animal, desde a gestão de programas sanitários à gestão e supervisão dos controlos oficiais no âmbito da saúde e do bem-estar animal e de outros controlos realizados pela DGAV nas explorações pecuárias, criando um sistema único que, com elevada interoperabilidade e consolidação de dados e de informação, facilite a interação entre a Administração e Operadores, com acréscimos económicos e de eficiência.

- **Projeto CERTIFIC@NI+** – A Direção Geral de Alimentação e Veterinária desenvolveu a Plataforma certific@+ que visa desmaterializar os procedimentos para solicitação e emissão de certificados para exportação de animais vivos, incluindo animais de companhia, produtos germinais, e géneros alimentícios e subprodutos de origem animal, oferecendo às empresas e cidadãos um meio simplificado de relacionamento com a administração.

A operacionalização desta plataforma vai não só permitir diminuir custos de contexto e erros, como também credibilizar o sistema perante os parceiros comerciais e facultar às empresas uma forma mais rápida e expedita de certificação dos seus produtos, facilitando todo o processo. A plataforma foi apresentada por Patricia Mendes Fialho da Divisão de Internacionalização e Mercados da DGAV.



2. UM DOS PAINÉIS DO ENCONTRO

Este Encontro foi considerado um sucesso por todos aqueles que nele participaram. Sucesso esse conseguido em grande parte pela receptividade das diversas Entidades que nele participaram e, também, pela contribuição da CONFAGRI, que encetou todos os esforços e trabalhou para proporcionar a todos os participantes uma tarde de trabalho eficaz, de comunicação e informação recíproca entre as Entidades e a CONFAGRI. Um diálogo muito frutífero e esclarecedor que proporcionou a todos uma mais-valia para nos reforçarmos e continuarmos a trabalhar no sentido de melhor conseguir atingir os objetivos a que nos propomos e a proporcionarmos aos agricultores um serviço com uma qualidade cada vez maior. ●

JORGE NUNES

UM SENADOR DO COOPERATIVISMO AGRÍCOLA E DA ECONOMIA SOCIAL

No passado dia 28 de junho, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM) de Santiago do Cacém, hoje com a designação de CCAM da Costa Azul, prestou uma homenagem pública ao seu histórico Presidente do Conselho de Administração, Jorge Nunes, com a edição de um livro com o título “Jorge Nunes — Um Homem à Frente do Tempo”. Merecida, justificável e justa iniciativa que juntou, no Centro de Formação da Caixa Agrícola, largas centenas de pessoas amigas do homenageado.

O seu papel nas mais diversas Organizações do concelho de Santiago do Cacém foi notável, particularmente na Misericórdia local, em que realiza um trabalho ímpar e onde a sua atividade de líder mais se evidencia, o que o levou a ser, durante vários mandatos, membro da Direção da União das Misericórdias Portuguesas. Mas é no Cooperativismo de Crédito, concretamente no Crédito Agrícola, que a sua atividade mais se notabilizou, tendo desempenhado praticamente todas as funções da Organização Associativa do Crédito Agrícola. Jorge Nunes foi durante longos anos



1. JORGE NUNES

Presidente da CCAM de Santiago do Cacém, hoje CCAM da Costa Azul, Fundador e Presidente da FENACAM, Fundador e Presidente da Caixa Central, Presidente do Conselho Geral da hoje CA Seguros e Delegado à Assembleia Geral da CONFAGRI, que ainda hoje se mantém. Caso único e notável no nosso País.

Jorge Nunes foi, em diversos momentos e situações, um grande amigo da CONFAGRI.

Conheci o Jorge Nunes nos primeiros anos da década de oitenta do século passado em reuniões das Caixas Agrícolas, que pretendiam à época organizar-se e aproximar-se. Desde então, estabelecemos uma empatia que hoje se mantém mais reforçada. Tivemos uma ação importante e estruturante para o Crédito Agrícola com o contributo de muitas outras pessoas, algumas já desaparecidas, que levou ao longo dos anos à situação atual do Crédito Agrícola. Era então outro Crédito Agrícola, o das Caixas Agrícolas. Entre as múltiplas iniciativas desenvolvidas no decorrer da década de oitenta do século passado foi decisivo, para a afirmação das Caixas Agrícolas, do seu papel e da sua importância, um “histórico” colóquio realizado em 1981 na tradicional Feira de Maio em



2. FRANCISCO SILVA E JORGE NUNES



e sobretudo das Caixas Agrícolas. Por isso, o então Presidente da República, Professor Aníbal Cavaco Silva, no 10 de junho de 2014, o condecorou com a Comenda de Mérito Comercial.

A Revista “Espaço Rural”, associou-se à homenagem prestada com esta breve resenha de factos.

Por tudo isto e muito mais, obrigado Jorge. ●

Francisco Silva
Secretário-Geral da CONFAGRI

Escrever sobre Jorge Nunes é como desfolhar uma enciclopédia da vida, do mundo rural, do Alentejo, do País e sobretudo das Caixas Agrícolas.

Azambuja, gravado para a RTP pelo saudoso Eng.º Sousa Veloso no programa “TV Rural”, que contou com uma entrevista a Jorge Nunes e que levou a mensagem das Caixas Agrícolas a todo o País. Depois desse programa, que teve na altura grande sucesso nacional, muitas portas se abriram, começando pela constituição da Caixa Central, do futuro Regime Jurídico até se chegar aos dias de hoje.

Escrever sobre Jorge Nunes é como desfolhar uma enciclopédia da vida, do mundo rural, do Alentejo, do País

A FORMAÇÃO DO PREÇO DO GASÓLEO COLORIDO E MERCADO E A SUA INFLUÊNCIA NA SUSTENTABILIDADE DO SECTOR AGRÍCOLA



Todos os sectores agrícolas, sem exceção, encontram-se a atravessar enormes dificuldades, consequência da subida abrupta da generalidade dos preços dos fatores de produção, principalmente, dos fertilizantes, das rações, dos combustíveis e da eletricidade.

TEXTO

AUGUSTO FERREIRA

CONFAGRI

O aumento do preço dos combustíveis, e em particular do gasóleo, por ter elevado impacto nos custos de produção de praticamente todos os sectores, merece uma análise detalhada, seja sobre as várias componentes que estão na origem do respetivo preço final, designadamente os impostos que recaem sobre o mesmo, seja, sobre os apoios do Estado para minorar este estrangulamento à produção.

1. OS IMPOSTOS SOBRE OS COMBUSTÍVEIS. O ISP, A CONTRIBUIÇÃO PARA O SERVIÇO RODOVIÁRIO (CSR), O ADICIONAL SOBRE AS EMISSÕES DE CO₂, E O IVA

Os produtos petrolíferos e energéticos, designadamente os combustíveis, estão sujeitos aos impostos especiais sobre o consumo (IEC), conforme previsto no Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de junho que aprova o Código dos Impostos Especiais de Consumo (CIEC).

Os combustíveis, consoante a respetiva utilização, podem assim ser adquiridos com redução ou isenção total do imposto especial de consumo, designado por imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP), como se pode verificar na Tabela 1 que apresenta a lista de atividades com acesso a benefícios em matéria de ISP. No caso das atividades agrícolas e florestais estão definidos os equipamentos que podem beneficiar de taxa reduzida de ISP.

Os valores das taxas unitárias do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos aplicáveis aos combustíveis são fixados, para o continente, nos termos do Artigo 92.º do Decreto-Lei n.º 73/2010 através de portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da economia, dentro dos intervalos fixados na Tabela 2.

Como contrapartida pela utilização da rede rodoviária nacional, a gasolina e o gasóleo rodoviário que estão sujeitos ao imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP), e que dele não estão isentos, estão sujeitos à contribuição de serviço rodoviário (CSR). A CSR tem o montante de **0,087/l € para a gasolina e**

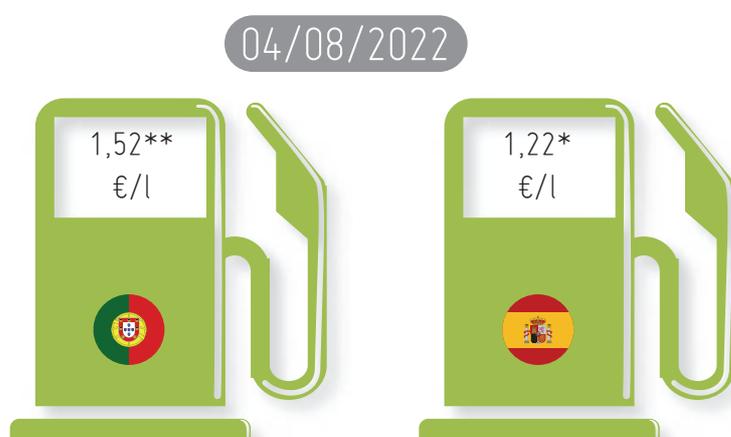
TABELA 1

Atividades com acesso ao benefício de redução ou isenção do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP), conforme previsto nos artigos n.ºs 89 e 93 do Código dos Impostos Especiais de Consumo (CIEC), publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de junho.

BENEFÍCIO NO ISP	UTILIZAÇÃO
ISENÇÃO	Utilização como matéria-prima
	Utilização na navegação comercial (Inclui a navegação marítimo-turística)
	Utilização na produção de energia
	Gás utilizado em transportes públicos
	Carburantes utilizados no fabrico, projeto, ensaio e manutenção de aeronaves e embarcações
TAXAS REDUZIDAS	Utilização em equipamentos e atividades agrícolas, de pesca com a arte xávega, aquícolas e florestais
	Utilização em motores fixos

FIGURA 1

Diferença de preço do Gasóleo Colorido entre Portugal e Espanha



(*) – PREÇO DE VENDA 1,42 €/L (REGIÃO DE SEVILHA). NO MOMENTO DA COMPRA, POR REAL DECRETO-LEI EXISTE UMA BONIFICAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE 20 CÊNTIMOS POR LITRO DE COMBUSTÍVEL QUE TEVE INÍCIO EM 1 DE ABRIL E SE PROLONGA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2022. (FONTE: [HTTPS://ENERGIA.GOB.ES/ES-ES/PAGINAS/ESTADISTICAS-INFORMES.ASPX](https://energia.gob.es/ES-ES/PAGINAS/ESTADISTICAS-INFORMES.ASPX))

(**) – EM PORTUGAL, OS PEQUENOS AGRICULTORES, QUE CONSUMEM ATÉ 2.000 LITROS/ANO PODEM BENEFICIAR DE UM APOIO DE 6 CÊNTIMOS POR LITRO, CONFORME ESTABELECIDO NO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2022.

TABELA 2

Intervalo de Taxas de ISP admissíveis sobre alguns combustíveis. Taxa de ISP antes e depois da invasão da Ucrânia pela Rússia.

Produto	Código NC	Taxa do imposto (em euros)		Taxa ISP antes conflito Ucrânia	Taxa de ISP em vigor	Redução da Taxa de ISP pós conflito
		Mínima	Máxima			
Gasolina sem chumbo	2710 11 41 a 2710 11 49	359	650	506,64 ¹	316,06 ²	37,61%
Gasóleo	2710 19 41 a 2710 19 49	278	400	333,15 ³	162,80 ⁴	51,13%
Gasóleo colorido e marcado	2710 19 41 a 2710 19 49	21	199,52	107,51 ⁵	47,19 ⁶	56,11%

1 Conforme Portaria n.º 63-A/2022, de 28 de janeiro;

2 Produz efeitos até dia 4 de setembro de 2022. Conforme Portaria n.º 167-D/2022, de 01 de julho

3 Conforme Portaria n.º 63-A/2022, de 28 de janeiro;

4 Produz efeitos até dia 4 de setembro de 2022. Conforme Portaria n.º 167-D/2022, de 01 de julho

5 Portaria n.º 301-A/2018, de 23 de novembro;

6 A vigorar até 31 de agosto de 2022. Conforme Portaria n.º 167-C/2022 de 30 de junho

de **0,110/l € para o gasóleo rodoviário** nos termos da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro. **O gasóleo colorido e marcado está isento da CSR.**

Os produtos petrolíferos e energéticos estão ainda sujeitos a um adicionamento resultante da aplicação de uma taxa, calculada com base na média aritmética do preço resultante dos leilões de licenças de emissão de gases de efeito de estufa, realizados no âmbito do Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE), podendo o Governo fixar um valor mínimo, atualizado periodicamente, para a tonelada de CO₂, para os produtos sujeitos a ISP.

O adicional às taxas do ISP, ou “Taxa de carbono”, representa um montante de **0,05434/l € para a gasolina** e de **0,05920/l € para o gasóleo rodoviário e para o gasóleo colorido e marcado**, é consignado ao Fundo Ambiental, até ao limite máximo de 30 000 000 € anuais, sendo retidos 3% para receita própria da Autoridade Tributária.

Em termos de impostos resta ainda referir que às gasolinas e aos gasóleos é aplicada uma taxa de 23% de IVA, excetuando-se o gasóleo colorido e marcado que está sujeito a uma taxa de 13%.

Na Tabela 3, apresenta-se a comparação sobre o preço de alguns combustíveis de referência comercializados em Portugal, em três momentos distintos. Na mesma tabela é visível que no caso do gasóleo colorido está a existir uma receita adicional de impostos, face a janeiro de 2021, que ascende a 0,04€/litro. Este facto, é francamente um absurdo, quando o gasóleo colorido é, tão simplesmente, utilizado para a produção de alimentos. Na Tabela anteriormente referida, é ainda visível o elevado preço do gasóleo colorido, antes de impostos, face a outros produtos similares, ou de qualidade superior como é o gasóleo especial.

TABELA 3 COMPARAÇÃO DAS COMPONENTES DO PREÇO DE ALGUNS PRODUTOS COMBUSTÍVEIS, EM TRÊS MOMENTOS DISTINTOS.

DATA	04/01/2021 (A)					03/01/2022 (B)					01/08/2022 (C)					A-C
COMBUSTÍVEL	PST	IVA	ISP + Out.	Todos impostos (IVA + ISP + Outros)	PVP	PST	IVA	ISP + Out.	Todos impostos (IVA + ISP + Outros)	PVP	PST	IVA	ISP + Out.	Todos impostos (IVA + ISP + Outros)	PVP	Todos impostos (IVA + ISP + Outros)
Gasóleo de aquecimento	0,47	0,198	0,3892	0,5872	1,057	0,7	0,251	0,3892	0,6402	1,34	1,121	0,347	0,3892	0,7362	1,857	0,149
Gasóleo simples	0,504	0,234	0,5134	0,7474	1,25	0,727	0,283	0,5034	0,7864	1,513	1,155	0,342	0,333	0,675	1,83	-0,0724
Gasóleo especial	0,535	0,241	0,5134	0,7544	1,288	0,763	0,291	0,5034	0,7944	1,558	1,177	0,347	0,333	0,68	1,857	-0,0744
Gasóleo colorido	0,566	0,095	0,1667	0,2617	0,827	0,818	0,128	0,1667	0,2947	0,818	1,215	0,175	0,1324	0,3074	1,523	0,0457

Fonte: Adaptado de DGEG.

Legenda: - IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado

- ISP - Imposto sobre os Produtos Petrolíferos

- Outros - Contribuição de Serviço Rodoviário (CSR) e valor adicional de CO2

- PVP - Preço de Venda ao Público

- PST - Preço Sem Taxes

Ou do gasóleo de aquecimento que também é objeto de adição de corante. Na figura 2, é possível verificar o comportamento das diferentes componentes que pesam no preço final do gasóleo colorido, desde o início de 2018 até à atualidade, bem como o esforço (através de aumentos de preços) de manutenção da receita fiscal. Agora, em que está a existir uma receita adicional não se promovem as

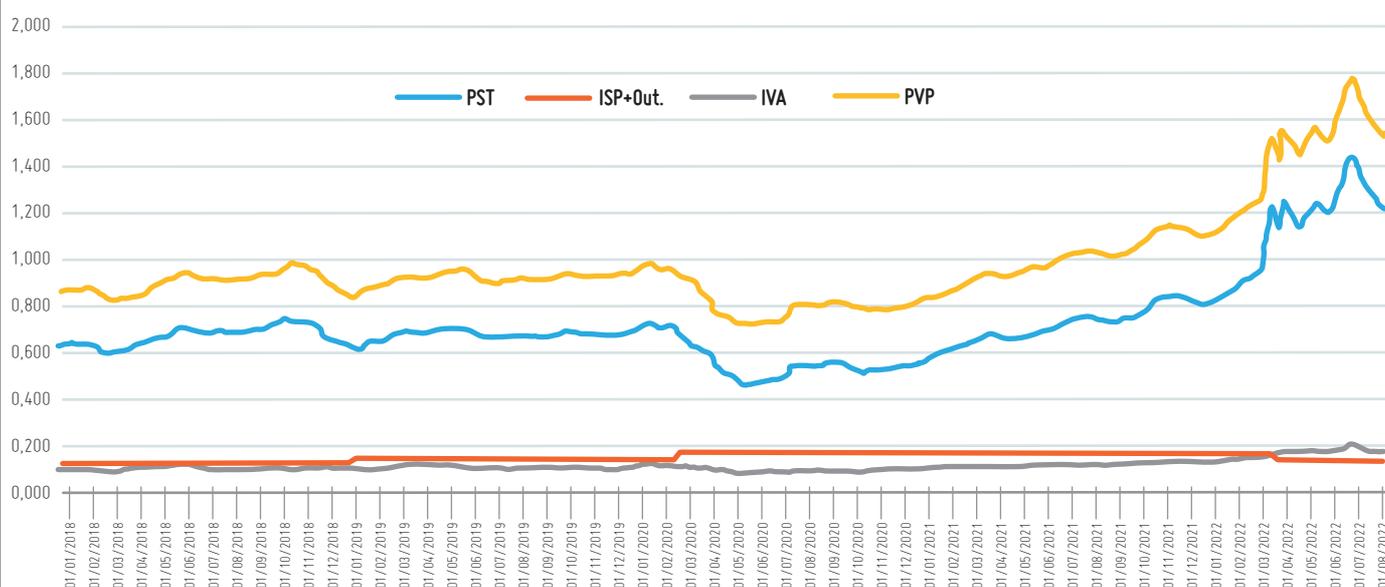
necessárias descidas dos impostos que pendem sobre o gasóleo colorido.

2. O GASÓLEO COLORIDO E A COMPETITIVIDADE NO ESPAÇO IBÉRICO

De acordo com o relatório síntese de trocas comerciais entre Portugal e Espanha, publicado pelo Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP), e considerando apenas as

trocas comerciais referentes ao sector agrícola e agroalimentar, as exportações representam, em média, 2,1 mil M€ (1ª posição) e as importações 4,3 mil milhões (1ª posição), ou seja, Portugal tem um saldo negativo de -2,2 mil M€. Perante o facto de Espanha ser o principal mercado de destino das exportações do sector agrícola e agroalimentar, diferenças acentuadas nos custos de produção reduzem a com-

FIGURA 2 PREÇO DO GASÓLEO COLORIDO



1. É POSSÍVEL VERIFICAR O COMPORTAMENTO DAS DIFERENTES COMPONENTES QUE PESAM NO PREÇO FINAL DO GASÓLEO COLORIDO, DESDE O INÍCIO DE 2018 ATÉ À ATUALIDADE, BEM COMO O ESFORÇO (ATRAVÉS DE AUMENTOS DE PREÇOS) PARA A MANUTENÇÃO DA RECEITA FISCAL. AGORA, EM QUE EXISTE UMA RECEITA ADICIONAL NÃO SE PROMOVEM AS NECESSÁRIAS DESCIDAS DOS IMPOSTOS QUE PENDEM SOBRE O GASÓLEO COLORIDO.

petitividade do sector agrícola nacional. A diferença existente entre os preços de venda do gasóleo colorido em Portugal e Espanha situa-se próxima dos 0,10€/l, a que acresce um apoio de 0,20€/l, já garantido por Decreto-Real até 31 de dezembro, pela persistência de preços altos. Assim, a diferença real entre estes dois Estados-Membro vizinhos no preço do gasóleo colorido é, presentemente, de 0,30 €/l (Ver Figura 1), facto que apenas servirá para reduzir a competitividade do sector agrícola nacional e acentuar o agravamento do saldo negativo da balança comercial entre estes países.

3. CONCLUSÃO

O preço do gasóleo colorido e marcado (gasóleo verde), é imoral e irracional. É imoral pela existência de sectores, como a navegação turística, que beneficiam de isenção de ISP. É imoral a obtenção de uma receita adicional de imposto à custa do preço de um fator de produção de bens agrícolas, contrariamente ao verificado para o gasóleo rodoviário. É irracional porque a manutenção da situação irá irreparavelmente pôr em risco a sustentabilidade



da maioria das atividades agrícolas. É irracional porque num período de crise alimentar estão-se a aumentar os custos de produção de alimentos. Finaliza-se com referência a uma frase

proferida pelo Presidente da CONFAGRI: "esta situação é inaceitável, pelo que solicita a revisão urgente dos valores da taxa de ISP aplicável ao gasóleo colorido e marcado". ●

**CAMPANHA
VÁLIDA PARA
TODAS AS
SÉRIES DE
TRATORES**

Campanha 5-5-5*

*Válida até 30/09/2022

Exemplo:

M5112 DTQH 36/36

0% Juros até 5 Anos



Kubota

✓ 5 anos financiamento
com 0% juros

+

✓ 5 anos garantia

ou

✓ 5 mil horas

Oferta válida para todas as séries de tratores, 5 anos financiamento com 0% juros + 5 anos garantia ou 5 mil horas. **Exemplo para um Crédito de 38.797,42€ para o modelo M5112DTQH 36/36, no prazo de 60 Meses, 60 prestações mensais no valor de 646,63€. Acresce serviço de proteção de equipamento a contratar junto do BNP Paribas Lease Group, SA. Acrescido de despesas iniciais de 350,00€, portes de 4,00€ e despesas de fim de contrato de 70,00€, sujeitos a IVA à taxa em vigor. Acresce imposto de selo de abertura de crédito. TAN: 0,000% e TAE de 0,673%. Oferta reservada aos profissionais e válida para os tratores agrícolas Kubota novos encomendados até 30 de Setembro 2022. Sob reserva de aceitação do dossier pelo parceiro BNP Paribas Lease Group, S.A. Informe-se junto da rede de concessionários Kubota ou do BNP Paribas Lease Group, S.A.

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE VILA VERDE E TERRAS DE BOURO



1. SEDE DA CCAM EM VILA VERDE

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM) de Vila Verde foi fundada a 30 de junho de 1933, tendo realizado uma fusão, por incorporação, com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Terras de Bouro, em outubro de 1994, daí resultando a nova e atual designação da CCAM, que passou a ter a sua área de ação alargada, abrangendo os concelhos de Vila Verde e Terras de Bouro.

Atualmente, a CCAM de Vila Verde e Terras de Bouro exerce a sua atividade através de uma rede de 7 Agências, Vila Verde (Sede), Terras de Bouro, Portela do Vade, Moure, Cervães, Rio Caldo, e Vila de Prado, numa área total de cerca de 506 Km² e com uma população total de cerca de 53.000 habitantes.

Desenvolvendo a sua atividades nesta realidade, a Caixa conseguiu atingir, no concelho de Vila Verde, uma quota

de mercado de 33,17% dos depósitos e de 32,21% do crédito concedido. Já no concelho de Terras de Bouro, a Caixa possui uma quota de mercado de 74,12% no caso dos depósitos e de 81,37% no crédito concedido.

Atualmente, a CCAM de Vila Verde e Terras de Bouro possui 30 Colaboradores e 3 Administradores Executivos, e, ao nível de clientes, tem cerca de 22.200, indicador onde tem vindo a sentir, de ano para ano, um crescimento acentuado.

À data de 31 de maio de 2022, a CCAM de Vila Verde e Terras de Bouro tinha um ativo líquido ajustado superior a 280 milhões de euros, uma carteira de crédito concedido de aproximadamente 121 milhões de euros, recursos de clientes num valor superior a 260 milhões de euros e fundos próprios de aproximadamente 17,1 milhões de euros. De destacar que, nesse mesmo período, a Caixa possuía

um rácio de crédito vencido de apenas 0,04%, o valor mais baixo de todo o SICAM, Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo.

FICHA INFORMATIVA

[NOME]

CCAM de Vila Verde e Terras de Bouro

[CONTACTOS]

Praça 5 de Outubro 81,
4730-731 Vila Verde
PORTUGAL

Telefone: +351 253 312 722
Fax: +351 253 311 063

Entrevista com o Presidente do Conselho de Administração da CCAM de Vila Verde e Terras de Bouro



2. JOSÉ SANTOS - PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Como avalia o papel desempenhado pela CCAM de Vila Verde e Terras de Bouro na sua Região?

O Crédito Agrícola e esta Caixa não é exceção, nasceu como resposta das comunidades aos problemas colocados pela inexistência de mecanismos de intermediação financeira capazes de apoiar o desenvolvimento económico e social das populações.

Enfrentou e ultrapassou dificuldades económicas e políticas quando, durante várias décadas, viu o seu desenvolvimento fortemente condicionado por um poder político que olhava com desconfiança para a nossa natureza cooperativa e mutualista que constituía a nossa génese. Hoje, e respondendo mais objetivamente à sua pergunta, a CCAM de Vila Verde e Terras de Bouro proporciona às comunidades locais um contributo único ao seu desenvolvimento económico e social assumindo, ainda, um papel que considero importante, no combate à desertificação no interior.

As raízes da CCAM de Vila Verde e Terras de Bouro remontam a 1933. Este facto sugere uma proximidade e um conhecimento muito grande da sua área social. Tem sido este um fator decisivo no longo percurso da Caixa?

Sem dúvida. O conhecimento profundo que temos do nosso tecido empresarial,

quer no concelho de Vila Verde, quer no concelho de Terras de Bouro é crucial para a adoção de políticas de gestão adequadas que melhor se ajustem às reais necessidades dos nossos clientes. A questão da proximidade é, também, um factor diferenciador que nos distingue da Banca em geral, pois estamos sempre disponíveis para, sempre que possível, solucionarmos os problemas e dificuldades que os nossos associados e clientes nos colocam e eles sentem e valorizam muito esta nossa forma de estar.

A CCAM de Vila Verde e Terras de Bouro tem vindo a aumentar gradualmente o seu volume de negócios nos últimos anos, o que reflete uma evolução sustentada e de consolidação da sua presença no mercado. Dada a grande concorrência existente e as reduzidas margens do produto bancário, que outros fatores têm contribuído para esta estratégia bem-sucedida?

Na realidade, o volume de negócios da Caixa nos últimos anos tem tido um crescimento muito acentuado e sustentado, detendo uma quota de mercado global de 41,80%. No final de 2021, o número de clientes ativos era de 22,287 para uma população residente de 53.272 habitantes, registando uma variação positiva relativamente ao ano anterior de

PORTUGAL CONTINENTAL



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



SAIBA MAIS SOBRE
CCAM DE VILA VERDE E TERRAS DE BOURO





3. AGÊNCIA DE CERVÃES



4. AGÊNCIA DE TERRAS DE BOURO



5. AGÊNCIA DA PORTELA DO VALE

11,5% nos recursos e 8,2% no crédito. Para esta consolidação cada vez maior no mercado salientaria, entre outros fatores, a proatividade e disponibilidade de todos os Colaboradores, Órgãos Sociais e Coordenador Regional da Caixa Central desta CCAM que, em conjunto, têm conjugado esforços no sentido de dar pleno sentido aos "slogans", "Todos juntos somos mais fortes" e "Somos um Banco com pronúncia local".

É possível constatar que a CCAM de Vila Verde e Terras de Bouro apoia diversas iniciativas dos vários quadrantes da sociedade da sua área social. Este apoio social é uma estratégia permanente da Caixa?

Efetivamente, a Caixa tem uma preocupação permanente no apoio às diversas instituições, sejam elas de carácter social, cultural, desportivas, recreativas ou outras, porque entendemos que, praticando uma gestão "sã e prudente" como, aliás, a legislação determina, é possível obter resultados de exploração que nos permitem prestar este tipo de apoios, às vezes, tão importantes para as diversas instituições.

Acredito que, atuando desta forma, estamos a contribuir para aquela que também é a nossa "Missão".

Como caracteriza o momento atual da agricultura na área social da Caixa e quais as perspetivas para o futuro?

Acredito que estamos numa mudança de ciclo, passando de uma agricultura tradicional, com agricultores de uma faixa etária mais elevada, para uma agricultura mais evoluída, com jovens agricultores que apostam na modernização e inovação das suas explorações, com preocupações ecológicas e ambientais dando, desta forma, uma resposta muito positiva aos enormes desafios que o futuro nos reserva.

Na nossa área de ação a produção de pequenos frutos (sobretudo mirtilos), bem como a plantação de pomares de citrinos e kiwi tem sido uma aposta que, pelo que conheço, está a ser bem sucedida.

O que perspetiva em termos do novo Quadro Comunitário de Apoio no que respeita à atividade da Caixa e ao investimento? Em seu entender o que seria importante de modo a facilitar o investimento?

O novo Quadro Comunitário de Apoio vai ser essencial para que os agricultores possam superar os desafios futuros, que vão ser muitos, possibilitando investimentos indispensáveis à modernização dos meios de produção, conseguindo, desta forma, uma maior rentabilidade, até porque a mão-de-obra é cada vez mais escassa. A Caixa estará, naturalmente, disponível para ser um parceiro ativo na implementação dos respetivos projetos, nomeadamente, adiantando os valores já devidamente aprovados pelas entidades competentes já que, como sabemos, por vezes o dinheiro não chega atempadamente ao agricultor, dificultando, desta forma, os investimentos em causa.



6. AGÊNCIA DE MOURA



7. AGÊNCIA DE VILA DE PRADO

Como analisa o atual contexto em que vivemos, mais de dois anos de Pandemia e guerra Ucrânia-Rússia, no que respeita aos impactos na economia de uma maneira geral e mais especificamente no sector bancário?

A questão da Pandemia que, infelizmente ainda não terminou, foi devastadora para a economia europeia e mundial e que terá impactos muito negativos quer ao nível empresarial quer das próprias famílias.

Quanto à Guerra Ucrânia-Rússia os efeitos nefastos já são mais do que visíveis, com os combustíveis e os produtos essenciais à alimentação a atingirem preços exorbitantes.

Inevitavelmente, esta conjuntura vai afetar (já está a afetar) a vida das pessoas, que vão ter enormes dificuldades em cumprir com os compromissos previamente assumidos e o sector bancário não sairá incólume desta crise, sendo mais que previsível um aumento do rácio de incumprimento.

Gostaria de perspetivar um pouco os objetivos futuro da Instituição?

Os nossos objetivos são sempre os mesmos, ou seja, ser um Banco cada vez mais forte, sermos o melhor (não o maior) Banco a operar no nosso mercado, prestando aos nossos clientes e associados um serviço de qualidade não descurando, nunca, a nossa missão social.

Queremos ter condições para proporcionar a todos os Colaboradores desta Caixa tudo o que for possível, porque não podemos esquecer que são eles o melhor “ativo” que a Caixa tem.



8. AGÊNCIA DE RIO CALDO

Uma palavra de muita gratidão para todos eles pelo esforço, dedicação e competência que sempre evidenciaram, de forma muito particular, no decorrer da crise pandémica.

Como avalia a relação da Caixa com a CONFAGRI?

A CONFAGRI tem desempenhado um papel essencial na defesa dos legítimos interesses dos agricultores, estando esta CCAM devidamente representada, pois na sua estrutura está presente a FENACAM, da qual somos associados. Trata-se de uma relação cordial entre duas instituições que, no fundo, têm o mesmo objetivo – contribuir para o desenvolvimento da agricultura, nos

seus diversos sectores, e desta forma fomentar o progresso do nosso País.

Que mensagem gostaria de deixar a todos os associados, clientes e potenciais clientes e população de uma maneira geral?

Gostaria de deixar uma mensagem de esperança. Sei que o momento é particularmente difícil e, previsivelmente, vai agravar-se. Mas também sei que somos um Banco sustentável, inovador, responsável e de confiança e que todos os que cá trabalham tudo farão para continuar a merecer a confiança de todos.

Contem connosco, pois nós contamos convosco! ●

SEMINÁRIO REGIONAL E FÓRUM TRANSNACIONAL NO ÂMBITO DO PROJETO AGROSMARTGLOBAL



1. COMITIVA DA CONFAGRI COM OS REPRESENTANTES DE 5 COOPERATIVAS VITIVÍNICOLAS

TEXTO

DOMINGOS GODINHO

CONFAGRI



2. IMAGEM DO SEMINÁRIO REALIZADO



3. VISITA GUIADA À COOPERATIVA UNION DES PRODUCTEURS DE SAINT-EMILION

A Câmara de Comércio e Indústria de Limoges e Haute-Vienne e a Organização de Cooperativas la Coopération Agricole Nouvelle-Aquitaine organizaram um seminário regional e um fórum transnacional em Bordéus, de 21 a 23 de junho de 2022, no âmbito do projeto Agrosmartglobal, executado por um consórcio Europeu de Organizações, do qual a CONFAGRI faz parte.

Saint-Emilion, onde nos foi permitido ver toda a Cooperativa e explicado o funcionamento desta, bem como nos foram dados a provar os vinhos de excelência que a Cooperativa produz. Também a visita à Cité du vin, um espaço museológico de Bordéus destinado a promover o vinho, e as apresentações quer do desenvolvimento e resultados deste projeto e de outros projetos de internacionalização digital para a China que estão a ser implementados, foram de enorme interesse para todos.

Os próximos eventos no âmbito do projeto, promovendo o encontro das Cooperativas de França, Espanha e Portugal decorrerão em Espanha em julho e novembro e em Portugal, na CONFAGRI, em outubro. Será um desafio para todos nós, fazermos um programa com o interesse daquele que foi desenvolvido em Bordéus. ●

O objetivo principal do projeto é facilitar a internacionalização das empresas Cooperativas agroalimentares de Espanha, França e Portugal para mercados na China e Estados Unidos através de estratégias digitais. Este pretendeu ainda promover o debate e intercâmbio entre as delegações.

Considerando que o evento decorreu em Bordéus, com muitas atividades à volta do vinho, a CONFAGRI convidou as 5 Cooperativas vitivinícolas que mais têm contribuído para o desenvolvimento do projeto e levou-as ao evento. Destacamos como de muito elevado interesse para todos, a visita guiada à Cooperativa Union des Producteurs de



1. REUNIÃO DO PROJETO

LEADFARM 5.0 – PROJETO PARA MELHORAR A CAPACIDADE DAS COOPERATIVAS AGROALIMENTARES, ACELERANDO O DESENVOLVIMENTO E A ADOÇÃO DAS COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS NO FUTURO BASEADAS EM INOVAÇÕES DIGITAIS

Por convite da ICOS, a organização Irlandesa das Cooperativas agroalimentares, a CONFAGRI integrou um consórcio de Cooperativas e Empresas de inovação digital Europeias, com o objetivo de melhorar a capacidade de adaptação das Cooperativas agroalimentares aos grandes desafios que surgem das alterações climáticas e da transformação digital, através do desenvolvimento de uma nova estratégia de formação, baseada em inovações metodológicas e digitais que contemplem a melhoria das competências, novas capacidades dos agricultores e conhecimentos necessários para mantê-los atualizados, considerando os desenvolvimentos tecnológicos esperados para a Sociedade 5.0.

TEXTO

DOMINGOS GODINHO

 CONFAGRI

No consórcio, além de Cooperativas Irlandesas e Portuguesas, estão as organizações das Cooperativas Galegas, Polacas, da Letónia e organizações tecnológicas da Suécia, de Itália e de Espanha. O projeto surge do interesse em melhorar o conhecimento, as capacidades e as competências das Cooperativas agroalimentares no que diz respeito às inovações digitais, para se adaptarem aos novos modelos e substituírem os modelos tradicionais. Além disso, surge do interesse em sensibilizar e preparar as Cooperativas e explorações agrícolas europeias, no que diz respeito às necessidades futuras de

competências e aos empregos emergentes resultantes destas inovações. Esta nova realidade exigirá mudanças nos processos de tomada de decisão de todos os pontos de vista (recursos humanos, relacionamento com clientes, vendas, *marketing*, abastecimento, etc).

O projeto pretende dar continuidade ao projeto LEADFARM aprovado em 2017 no âmbito do Programa ERASMUS + KA2, apresentando uma evolução clara que permite alargar o impacto em cada território (é direcionado a diferentes públicos-alvo como Conselho de Administração, Gestores de Cooperativas, trabalhadores de Cooperativas, agricultores, etc. e não só a jovens agricultores) e pretende avançar para a sociedade humana 5.0, onde o conhecimento a partir da informação é feito por máquinas ao serviço das pessoas, através de Big Data, Inteligência Artificial (AI), Internet das Coisas (IoT), robótica, computação cognitiva, etc., estando em linha com o 9º objetivo principal da nova PAC que visa “melhorar a resposta da agricultura da UE às exigências da sociedade em matéria de alimentação e saúde, incluindo alimentos seguros, nutritivos e sustentáveis, reduzindo o desperdício de alimentos, e garantindo o bem-estar animal” e, portanto, dá atenção especial às pessoas.

No entanto, para garantir a mudança de gerações e o equilíbrio de género no futuro, também temos de preparar os jovens agricultores e os membros das Cooperativas agroalimentares e a equipe de gestão para a economia de amanhã, abraçando a inovação e a mudança tecnológica, aumentando a participação da força de trabalho jovem, melhorando as competências e desenvolvendo talentos. Assim, o #LEADFARM 5.0 dará continuidade ao trabalho realizado no projeto anterior para a mudança de gerações e equilíbrio de género, dando mais um passo para garantir as competências necessárias aos jovens agricultores e Cooperativas agroalimentares (Conselho de administração, Gerentes, membros) para estarem preparados para as tendências futuras em modelos agrícolas, empregos e estratégias de gestão surgidas da disrupção digital. Como toda a nova tecnologia, a introdução e a adoção da Agricultura de Precisão exigirão novas competências a serem aprendidas pelos jovens agricultores. O pressuposto geral segundo o qual a globalização transformou as nossas economias em economias do conhecimento também é válido para a agricultura. Os jovens agricultores terão de estar preparados

Os Conselhos de Administração, Gestores e membros de Cooperativas agroalimentares têm de adaptar as suas competências de gestão às tendências futuras; a disrupção digital e a mitigação das mudanças climáticas influenciarão os seus processos de tomada de decisão e estratégias que devem implementar, em todos os aspetos do negócio.

com a combinação certa de competências essenciais específicas e transversais para poderem utilizar a agricultura de precisão. Estas abrangem competências tecnológicas e competências ambientais, bem como competências de gestão.

Por outro lado, os Conselhos de Administração, Gestores e membros de Cooperativas agroalimentares têm de adaptar as suas competências de gestão às tendências futuras; a disrupção digital e a mitigação das mudanças climáticas influenciarão os seus processos de tomada de decisão e estratégias que devem implementar, em todos os aspetos do negócio (recursos humanos, relacionamento com clientes, vendas, *marketing*, abastecimento, etc.) Precisam estar preparados, adquirindo os

conhecimentos, aptidões e competências adequados que os ajudem a tomar as decisões adequadas para assegurar a competitividade e sustentabilidade dos seus negócios a longo prazo, procurando o posicionamento das Cooperativas agroalimentares na economia do amanhã. A indústria prevê que certas funções de trabalho desaparecerão ou serão redefinidas, e funções de trabalho emergentes exigirão novos e diferentes conjuntos de competências. A indústria, apoiada pela rede de aprendizagem, mudará nosso foco em empregos para garantir empregos de qualidade que serão resilientes no futuro, concentrando-se em permitir a criação de empregos altamente produtivos e sustentáveis. Serão necessárias competências sociais, competências transversais (por exemplo, de comunicação, organizacionais, auto-motivação) e o domínio de competências essenciais em numeracia, literacia e digitalização.

Assim, durante a execução do projeto iremos analisar a necessidade futura de competências nos sectores das Cooperativas agroalimentares, desenvolver um quadro de competências para as Cooperativas agroalimentares da UE no horizonte 2030, conceber um currículo formativo baseado em competências para as Cooperativas agroalimentares da UE e implementar os currículos de formação concebidos.

Para estas tarefas contamos conseguir envolver todos os agentes, agricultores, Cooperativas, organizações especializadas nas competências digitais e transversais e a administração. ●



2. REUNIÃO DO PROJETO

FPAS ORGANIZA V GALA DE ENTREGA DOS PRÉMIOS PORCO D'OURO



1. PRESIDENTE DA FPAS, DAVID NEVES COM MINISTRA DA AGRICULTURA, MARIA DO CÉU ANTUNES.

Decorreu mais uma edição da Gala de Entrega dos Prémios Porco D'Ouro, organizada pela FPAS - Federação Portuguesa de Associações de Suinicultores. O evento teve lugar no dia 24 de junho, na Quinta da Atela, Alpiarça, e contou com a parceria da Câmara Municipal de Alpiarça e da Zoetis. A V Gala de Entrega dos Prémios Porco D'Ouro distinguiu os melhores desempenhos das explorações nacionais relativas ao ano de 2021, num total de 31 prémios para 76 nomeações.

Ao longo da noite, foram distribuídos 31 prémios às explorações com melhores resultados em produção numérica, taxa de partos e longevidade, relativos a três

escalões definidos de acordo com a dimensão do efetivo reprodutor. Foram ainda atribuídos outros três galardões especiais, nomeadamente o “Prémio Especial Porco D'Ouro Ministério da Agricultura e da Alimentação para a Sanidade, Biossegurança, Bem-Estar Animal e Ambiente”, o “Prémio Inovação Zoetis” e o “Prémio Porco Diamante”, que distingue o candidato com melhores padrões de higiene, biossegurança e manejo na exploração.

A cerimónia contou com a presença de centenas de convidados, a Diretora-Geral da DGAV, o Inspetor-Geral da ASAE, além da Ministra da Agricultura e da Alimentação, Maria do Céu Antunes, que fez a entrega

do Prémio do Ministério da Agricultura e da Alimentação. Por seu lado, Sónia Sanfona, Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça procedeu à entrega do troféu “Máxima Produtividade Numérica”. A CONFAGRI fez-se representar pelo seu Secretário-Geral, Francisco Silva, e pelo Técnico da CONFAGRI, Domingos Godinho. A V Gala de Entrega dos Prémios Porco D'Ouro voltou assim a distinguir o empreendedorismo nacional e a reunir centenas de pessoas, numa cerimónia que pauta por motivar, gratificar e reconhecer a resiliência de milhares de pessoas que trabalham diariamente sob o compromisso de garantir alimento à mesa dos portugueses. ●



2. SECRETÁRIO-GERAL DA CONFAGRI, FRANCISCO SILVA E DIRETOR REGIONAL DE AGRICULTURA E PISCAS DO ALENTEJO, JOSÉ CALADO ENTREGAM PRÉMIO TAXA DE PARTOS DO 3º ESCALÃO.